

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração do Banco CNH Industrial Capital S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao segundo semestre de 2018, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Banco CNH Industrial Capital S.A. tem como missão a promoção de financiamentos que fomentem a venda de máquinas, equipamentos, veículos comerciais e geradores produzidos pelas empresas do grupo CNH Industrial e de acordo com suas políticas de crédito.

O Banco CNH Industrial Capital S.A., em atendimento às exigências da Resolução nº 4.557 do CMN, e Circular nº 3.678 do Banco Central do Brasil, implementou, após a aprovação pelo Board, as políticas institucionais e a estrutura de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital. Detalhes sobre a estrutura do gerenciamento de riscos e de capital, inclusive quanto ao Adicional de Capital Principal (ACP) e Razão de Alavancagem (RA), podem ser consultadas no site: www.cnhindustrialcapital.com

A seguir descrevemos um resumo de cada estrutura de risco:

A) Risco Socioambiental - Atendendo à Resolução nº 4.327 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. estabeleceu e o Conselho de Administração aprovou a Política de Responsabilidade Socioambiental contendo as diretrizes que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação da Instituição com suas partes interessadas. A política baseia-se nos princípios de proporcionalidade com a natureza da Instituição, a complexidade das atividades e considera também o grau de exposição ao risco socioambiental de suas atividades e operações. A estrutura de Governança da PRSA é composta pela Diretoria e Conselho de Administração; Comitê de Responsabilidade Socioambiental; Diretor responsável pela PRSA; e área de gestão da PRSA.

B) Risco Operacional - Dentro dos princípios da Resolução nº 4.557 de 23/02/2017 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. tem definida uma política e estrutura de gerenciamento de Riscos Operacionais (RO) aprovada pelo Conselho de Administração. A estrutura de RO prevê a participação de diferentes agentes, os quais possuem funções e responsabilidades dispostas da seguinte forma: a) Comitê de Riscos realizado trimestralmente que aborda as perdas operacionais relevantes. É composto pela Diretoria, pelos responsáveis pela gestão de RO e reportes diretos da presidência. b) Uma área de gestão de RO que se subordina diretamente à diretoria de riscos, ligada à Presidência. A estrutura formalizada na política prevê atendimento aos procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionadas ao RO e prevê os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

Atendendo ainda ao Acordo de Basileia II o Banco CNH Industrial Capital S.A. vem gerenciando seus riscos, utilizando a abordagem básica na utilização de alocação de capital.

C) Risco de Mercado - Em conformidade com a Resolução nº 4.557, o Banco CNH Industrial Capital S.A. define como risco de mercado a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de flutuações no mercado de posições detidas pelo Banco.

A Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado envolve um conjunto de práticas e princípios que tem por objetivo identificar, mensurar, acompanhar e controlar as exposições sujeitas às oscilações dos preços de mercado e que, consequentemente, podem originar perdas financeiras.

O atual modelo de negócio do Banco CNH Industrial Capital S.A. não inclui nem prevê o uso de instrumentos / operações financeiras relacionadas a ações e/ou mercadorias (*commodities*). As operações de derivativos contratadas pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. visam, exclusivamente, o hedge do descaimento de prazos e indexadores do balanço do Banco, conforme Política definida pela matriz do Grupo.

As atribuições básicas na gestão de Risco de Mercado são: a) Monitorar e controlar a exposição a risco de mercado, conforme os limites estabelecidos nas políticas da Instituição; b) Recomendar, quando aplicável, alterações às políticas de gestão de Risco de Mercado; c) Identificar previamente os riscos inerentes a novas atividades e produtos; e d) Realizar simulações de condições extremas de mercado.

D) Risco de Crédito - Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui uma equipe específica para a gestão do Risco de Crédito e tem como missão, identificar, mitigar, controlar, mensurar e estimar as perdas associadas ao risco de crédito, através de um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos e processos vigentes, exigindo disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. Faz parte do gerenciamento do risco de crédito: a) equipe específica de *Credit Risk Management*; b) políticas de crédito alinhadas com as normas globais do Grupo; c) modelos (*scores*) para concessão e manutenção do crédito; e d) equipe *underwriting* especializada e alçadas diferenciadas para a avaliação de cada proposta.

Para o Banco CNH Industrial Capital S.A. é de suma importância minimizar o risco e, por consequência, manter as perdas de crédito em um nível aceitável. Para tanto, executamos periodicamente desenvolvimentos, processos, análises e controles sobre toda a nossa carteira de crédito, tanto para a carteira ativa quanto para novas concessões. Dessa forma, estamos adequados às exigências dos órgãos reguladores, garantindo assim a aderência às leis e regulamentos vigentes.

E) Risco de Liquidez - Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17, o Banco CNH Industrial Capital S.A. mantém uma estrutura de gestão de Risco de Liquidez, bem como níveis adequados e suficientes de liquidez compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e dimensão da sua exposição a esse risco. Para isso define Risco de Liquidez como:

- I A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- II A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Relativamente ao índice de Basileia, as instituições financeiras devem manter o patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de 0% a 300%.

Em 31 de dezembro de 2018, o índice de Basileia do Banco CNH Industrial S.A. era de 15,00%, conforme demonstrativo de resumo de cálculo abaixo:

	Dezembro de 2018
Patrimônio de referência nível I	1.314.885
Capital principal	1.314.885
Patrimônio líquido	1.318.229
Ajustes prudenciais, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN	(3.344)
Redução dos ativos diferidos, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN	-
Redução dos ganhos / perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN (2)	-
Patrimônio de referência de Nível II	-
Soma dos ganhos / perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN (2)	-
Dívida subordinada (3)	-
Dedução dos instrumentos de captação, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN (2)	-
Patrimônio de referência (a)	1.314.885
Risco de crédito	7.952.257
Risco de mercado	37.412
Risco operacional	815.869
Ativo ponderado pelo risco - RWA (b) (4)	8.805.538
Patrimônio de referência exigido (RWA)	8.768.126
- Índice de Basileia	15,00%
- Índice de Basileia Ampla (inclui RBAN)	14,92%
Capital nível I	15,00%
Capital principal	15,00%
Capital nível II	0,00%
RAZÃO DE ALAVANCAGEM (RA)	14,34%
Margem (PR - PRE - RBAN)	558.634
Adicional de Capital Principal Mínimo (CPMínimo)	328.805
Margem para verificação do Adicional de Capital Principal	558.634
Adicional de Conservação de Capital Principal	164.402
Adicional de Contracíclico de Capital Principal	164.402
Adicional de Sistemico de Capital Principal	-
Margem sobre o Adicional de Capital Principal	229.829
Percentual de Restrição	0,00%
Margem Patrimônio de Referência - Rban	192.417

A) GERENCIAMENTO DE CAPITAL - Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui estrutura para o gerenciamento de capital para: a) monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição; b) avaliar as necessidades de capital considerando riscos inerentes às atividades da Instituição; e c) planejar as metas e a necessidade de capital, conforme objetivos estratégicos da Instituição.

As áreas responsáveis e envolvidas no acompanhamento e monitoramento dos itens inerentes à política e ao processo de Gerenciamento de Capital são: a) Diretoria Financeira: Responsável pelos processos e controles relativos ao gerenciamento de capital; b) FP&A: Responsável pela elaboração de projeções de Resultado e Balanço, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Banco, abrangendo o horizonte mínimo de três anos, bem como sua atualização anual; monitoramento e divulgação de impactos que possam alterar, significativamente, os cenários previamente estabelecidos, levantando possíveis riscos e/ou necessidade de revisão das estratégias contempladas no referido plano; c) Comitê de *Funding*: composto por membros das áreas de Tesouraria, Presidência e Diretoria Financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A. e Fiat Chrysler Finanças, empresa do grupo FCA responsável por acompanhamentos macroeconômicos e de operações financeiras. Este Comitê é responsável também por promover discussões acerca do gerenciamento de capital, bem como aprovar e promover mudanças na estratégia de *Funding* do Banco.

OUIVIDORIA - No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco CNH Industrial Capital S.A., atendendo ao disposto na Resolução nº 4.433, do Conselho Monetário Nacional, implantou sua Ouvidoria, que tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO - O Banco CNH Industrial Capital S.A. tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de produtos da CNH Industrial. Dentro desse cenário, 56,57% do total do portfólio corresponde a operações do segmento agrícola, 9,28% ao segmento de construção e 8,64% ao segmento de veículos. O Banco CNH Industrial Capital S.A. também opera com o financiamento de estoque de concessionários, o que corresponde a 25,51% do portfólio. Considerando a característica dos produtos financiados, a utilização de linhas de crédito do BNDES, representa 64,28% do total de financiamentos da carteira.

O resultado do exercício registrou um lucro, após a dedução da provisão para o imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 163.163 milhões por lote de mil ações.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é fundamentada na análise e classificação das operações em níveis de risco, sendo julgada, pela Administração, suficiente para a cobertura de eventual perda. Ao final do exercício, o saldo da provisão considerando honras e *off book* era de R\$ 411.360 milhões representando 4,59% do valor da carteira de operações de crédito.

Curitiba, 15 de fevereiro de 2019. **A Diretoria**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	ATIVO			PASSIVO		
	Notas	2018	2017	Notas	2018	2017
CIRCULANTE		4.693.083	4.162.056		2.765.302	2.116.480
Disponibilidades	4	179	247	Depósitos	9	634.376
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	360.977	346.355	Depósitos interfinanceiros		400.107
Aplicações no mercado aberto		360.977	245.806	Depósitos a prazo		234.269
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	100.549	Recursos de aceites e emissão de títulos	10	551.212
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	14	Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio		16.445
Instrumentos financeiros derivativos		-	14	Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		456.157
Operações de crédito	6.a	3.931.633	3.619.337	Obrigações por emissão de letras financeiras		78.610
Setor privado	6.c	4.118.568	3.833.084	Obrigações por empréstimos e repasses	11	1.521.004
Provisão para perdas em operações de crédito		(186.935)	(213.747)	Repasses do País - instituições oficiais		1.521.004
Operações de arrendamento mercantil	6.b	(351)	(314)	Instrumentos financeiros derivativos	21	1.309
Operações de arrendamento a receber:						4.893
Setor privado		7.280	11.821	Outras obrigações		57.401
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(7.073)	(11.469)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		180
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil		(558)	(666)	Sociais e estatutárias		10.132
Outros créditos		374.914	179.775	Fiscais e previdenciárias	7.b	17.308
Créditos por avais e fianças honrados	6.c	109	491	Diversas	7.a	29.781
Diversos	7.a	485.291	179.677			
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6.e	(110.486)	(393)			
Outros valores e bens		25.731	16.642			
Outros valores e bens		26.801	22.621			
Provisão para desvalorizações		(2.955)	(6.837)			
Despesas antecipadas		1.885	858			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		4.574.155	3.904.331			
Operações de crédito	6.a	4.366.187	3.723.461	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		5.017.789
Setor privado	6.c	4.479.278	3.840.999	Depósitos	9	409.700
Provisão para perdas em operações de crédito		(113.091)	(117.538)	Depósitos a prazo		409.700
Operações de arrendamento mercantil	6.b	(155)	(249)	Recursos de aceites e emissão de títulos	10	326.917
Operações de arrendamento a receber:				Obrigações por emissão de letras imobiliárias		268.694
Setor privado		2.278	8.772	Obrigações por emissão de letras financeiras		58.223
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(2.278)	(8.772)	Obrigações por empréstimos e repasses	11	4.218.090
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil		(155)	(249)	Repasses do País - instituições oficiais		4.218.090
Outros créditos	7.a	208.123	181.119	Instrumentos financeiros derivativos	21	12.347
Diversos	6.e	208.124	181.119	Outras obrigações		50.736
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(1)	-	Fiscais e previdenciárias	7.b	6.112
PERMANENTE		36.193	46.023	Diversas	7.a	44.624
Investimentos		13.159	5.591			
Participações em coligadas e controladas		12.357	4.866	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	12	202.111
Outros investimentos		1.309	1.232	Resultados de exercícios futuros		202.111
Provisão para perdas		(507)	(507)			
Imobilizado de uso		5.115	5.506	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	1.318.228
Outras imobilizações de uso		12.755	12.907	Capital - de domiciliados no exterior		934.137
Depreciações acumuladas		(7.640)	(7.401)	Capital - de domiciliados no País		6.314
Imobilizado de arrendamento	8.a	14.575	26.140	Reserva de capital		113.908
Bens arrendados		30.225	45.958	Reserva de lucros		269.875
Superveniência de depreciação		3.745	10.687	Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários		(6.006)
Depreciações acumuladas		(19.902)	(30.717)			
Perdas em arrendamento a amortizar		507	212			
Intangível	8.b	3.344	8.786			
Ativos intangíveis		5.185	30.342			
Amortização acumulada		(1.841)	(21.556)			
Total		9.303.431	8.112.410	Total		9.303.431



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Notas	2018		2017
		2º semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		461.283	893.043	881.974
Operações de crédito	6.a	420.343	820.089	814.631
Operações de arrendamento mercantil	6.b	10.417	18.771	21.380
Operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	5	21.773	42.092	51.852
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	21	(4.102)	(6.718)	(5.889)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		12.852	18.809	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(356.726)	(525.662)	(422.645)
Captações no mercado	9	(46.841)	(82.614)	(106.774)
Empréstimos, cessões e repasses	11	(132.165)	(248.330)	(181.401)
Operações de arrendamento mercantil	6.b	(9.301)	(16.092)	(16.797)
Provisão para perdas com créditos		(168.419)	(178.626)	(117.673)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		104.557	367.381	459.329
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(64.738)	(134.070)	(131.695)
Receitas de prestação de serviços		2.411	4.388	6.322
Despesas de pessoal		(24.167)	(48.206)	(47.995)
Outras despesas administrativas	15	(43.204)	(80.049)	(81.807)
Despesas tributárias		(11.642)	(27.061)	(23.483)
Resultado de participações em coligadas e controladas		3.625	7.491	4.766
Outras receitas operacionais	16	17.095	24.587	20.963
Outras despesas operacionais	17	(8.856)	(15.220)	(10.461)
RESULTADO OPERACIONAL		39.819	233.311	327.634
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		4.721	5.750	(4.868)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E AS PARTICIPAÇÕES		44.540	239.061	322.766
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13	(17.270)	(70.121)	(105.104)
Imposto de renda corrente		28.205	(7.551)	(52.566)
Contribuição social corrente		22.426	(6.022)	(44.285)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(33.361)	(56.548)	(8.253)
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NO LUCRO		(2.879)	(5.777)	(5.525)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO		58.931	163.163	212.137
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		62,66	173,49	225,57

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2018		2017
	2º semestre	Exercício	Exercício
1 - RECEITAS	317.664	750.964	796.535
Intermediação financeira	461.283	893.043	881.974
Prestação de serviços	2.411	4.388	6.322
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(168.419)	(178.626)	(117.673)
Outras receitas operacionais	17.095	24.587	20.963
Outras receitas não operacionais	5.294	7.572	4.949
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(188.307)	(347.036)	(304.972)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(48.969)	(89.821)	(94.708)
Materiais, energia e outros	(1.864)	(3.637)	(3.359)
Serviços de terceiros	(1.847)	(3.951)	(4.203)
Outras despesas administrativas	(35.829)	(65.191)	(66.868)
Outras despesas operacionais	(8.856)	(15.220)	(10.461)
Outras despesas não operacionais	(573)	(1.822)	(9.817)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1+2+3)	80.388	314.107	396.855
5 - DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(3.370)	(6.636)	(6.422)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4 + 5)	77.018	307.471	390.433
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	3.625	7.491	4.766
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6 + 7)	80.643	314.962	395.199
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal	23.178	45.667	45.737
Remuneração direta	18.995	37.389	37.632
Benefícios	2.900	5.469	5.504
F.G.T.S.	1.283	2.808	2.601
Impostos, taxas e contribuições	(1.760)	105.499	136.370
Federais	(1.991)	104.765	135.496
Estaduais	13	137	111
Municipais	218	597	763
Remuneração de capitais de terceiros	294	634	955
Aluguéis	294	634	955
Remuneração de capitais próprios	58.931	163.163	212.137
Juros sobre o capital próprio	89.324	89.324	85.488
Lucros retidos	(30.393)	73.839	126.649
Total	80.643	314.962	395.199

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2018		2017	2018		2017
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro líquido	58.931	163.163	212.137			
Ajustes ao lucro líquido	217.072	277.560	144.406			
Depreciações e amortizações	3.370	6.636	6.422			
Depreciação de arrendamento mercantil	4.925	11.624	14.193			
Superveniência de depreciação	3.554	2.321	2.164			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	168.419	178.626	117.673			
Provisão para desvalorização - bens não de uso	167	(258)	433			
Provisão para contingências	3.592	7.882	4.215			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33.361	56.548	8.253			
Aumento em resultados de exercícios futuros	4.296	18.634	(9.166)			
Ajuste ao valor de mercado T.V.M.	(4.612)	(4.453)	219			
Variação em ativos e passivos	(600.594)	(199.294)	(210.724)			
Redução em títulos e valores mobiliários	8.716	8.667	1.761			
(Aumento) em operações de crédito e de arrendamento	(1.684.427)	(1.133.706)	(743.738)			
(Aumento) em outros créditos	(26.529)	(278.692)	(9.843)			
(Aumento) em outros valores e bens	(3.012)	(4.650)	(1.573)			
Redução em depósitos	423.266	140.088	63.770			
Redução / (aumento) em imobilizado de arrendamento	(3.328)	(2.379)	1.519			
Redução em obrigações por empréstimo e repasses	713.024	500.648	539.594			
Redução / (aumento) em outras obrigações	(61.338)	(126.970)	70.222			
Redução / (aumento) em captação no mercado aberto	33.034	697.700	(132.436)			
Caixa líquido originado em atividades operacionais	(324.591)	241.429	145.819			
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS						
Alienação em imobilizado de uso	(701)	(606)	(4.219)			
Alienação / (aquisição) de bens não de uso próprio	(9.110)	(4.180)	4.719			
Alienação de investimentos	(3.673)	(7.569)	(4.963)			
(Aquisição) no ativo diferido	-	-	2.126			
Baixa / aplicação no ativo intangível	(181)	(196)	(1.261)			
(Aquisição) de operações compromissadas	403.226	-	-			
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	389.561	(12.551)	(3.598)			
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO						
Aumento de capital	-	-	48.868			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(144.324)	(214.324)	(85.488)			
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos	(144.324)	(214.324)	(36.620)			
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(79.354)	14.554	105.601			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	440.510	346.602	241.001			
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	361.156	361.156	346.602			
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(79.354)	14.554	105.601			

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Notas	Capital social	Reserva	Reserva	Ajuste ao valor de mercado de	Lucros / prejuízos	Total
		realizado	de capital	de lucros	títulos e valores mobiliários	acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		891.583	113.908	194.386	(1.772)	-	1.198.105
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	219	-	219
Constituição de reservas		48.868	-	-	-	-	48.868
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	212.137	212.137
Destinações:							
Reserva legal		-	-	10.607	-	(10.607)	-
Reserva outras		-	-	116.043	-	(116.043)	-
Remuneração do capital próprio		-	-	-	-	(85.487)	(85.487)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		940.451	113.908	321.036	(1.553)	-	1.373.842
Mutações do exercício		48.868	-	126.650	219	-	175.737
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		940.451	113.908	321.036	(1.553)	-	1.373.842
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	(4.453)	-	(4.453)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	163.163	163.163
Dividendos pagos		-	-	(125.000)	-	-	(125.000)
Destinações:							
Reserva legal		-	-	8.158	-	(8.158)	-
Reserva outras		-	-	155.005	-	(155.005)	-
Remuneração do capital próprio		-	-	(89.324)	-	-	(89.324)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		940.451	113.908	269.875	(6.006)	-	1.318.228
Mutações do exercício		-	-	(51.161)	(4.453)	-	(55.614)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018		940.451	113.908	355.268	(1.394)	-	1.408.233
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	(4.612)	-	(4.612)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	58.931	58.931
Dividendos pagos		-	-	(55.000)	-	-	(55.000)
Destinações:							
Reserva legal		-	-	2.946	-	(2.946)	-
Reserva outras		-	-	55.985	-	(55.985)	-
Remuneração do capital próprio		-	-	(89.324)	-	-	(89.324)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		940.451	113.908	269.875	(6.006)	-	1.318.228
Mutações do semestre		-	-	(85.393)	(4.612)	-	(90.005)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco") foi constituído em 9 de novembro de 1998 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 4 de janeiro de 1999. As atividades operacionais tiveram início em 5 de abril de 1999. Em 20 de março de 2014, conforme aprovação do BACEN, o Banco teve sua denominação social alterada para Banco CNH Industrial Capital S.A.

O Banco CNH Industrial Capital S.A. está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil, passando o repasse de linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDÉS FINAME) a partir de abril de 1999. Atualmente, as operações do Banco são voltadas ao financiamento para a aquisição de produtos da CNH Industrial Brasil Ltda., através das linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDÉS FINAME), crédito ao consumidor - CDC, operações de arrendamento mercantil e empréstimo de capital de giro.

O Banco CNH Industrial Capital S.A. passou a financiar as operações da rede de concessionárias e clientes IVECO Latin America Ltda. ("IVECO"), em virtude de uma reorganização mundial das empresas da CNH Industrial, a partir de janeiro de 2014.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN.

A diretoria autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras em 7 de fevereiro de 2019.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- (a) Pronunciamento conceitual básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- (b) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- (c) CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- (d) CPC 03 - Demonstrações do Fluxo de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- (e) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- (f) CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- (g) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- (h) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- (i) CPC 24 - Contabilização e Divulgação de Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução nº 3.973/11;
- (j) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- (k) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- (l) CPC 33 - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução nº 4.424/15.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados "pro rata" dia.

b) Fluxo de caixa

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa o Banco utiliza o método indireto, segundo qual, o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos:

- (I) Das transações que não envolvem caixa;
 - (II) De quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; e
 - (III) De itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.
- Os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e às aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e/ou com data de vencimento / resgate original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, na data da contratação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até a data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias a saber: títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado; títulos disponíveis para a venda - avaliados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento - avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado.

e) Instrumentos financeiros derivativos

São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("*hedge*") podem ser classificados como:

- I - "*hedge*" de risco de mercado; e
- II - "*hedge*" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "*hedge*" e os respectivos objetos de "*hedge*" são ajustados a valor de mercado, observado o seguinte:

1. Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no exercício; e
2. Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de *swap* são avaliados e o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados em receita ou despesa "*pro rata*" até a data do balanço.

f) Provisão para perdas em operações de crédito

A provisão para perdas em operações de crédito, avais e fianças e de arrendamento mercantil foi constituída com base na análise individual dos créditos a receber, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo considerada suficiente pela Administração para a cobertura de riscos com eventuais perdas. Adicionalmente, foi observado o conteúdo da Resolução CMN nº 3.749/2009, que estabelece critérios para a classificação de operações de crédito rural, objeto de renegociação.

g) Bens não de uso próprio

Está representado por bens não de uso próprio do Banco, recebidos em dação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustados por provisão para perda no valor recuperável, quando necessário.

h) Arrendamento mercantil

As depreciações sobre os bens arrendados são registradas, mensalmente, de forma linear com base nos respectivos prazos usuais de vida útil, reduzidos em 30%, exceto para os contratos com pessoas físicas, que são depreciados de acordo com os prazos normais e com a legislação fiscal vigente.

Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a conta de "Valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil.

Conforme diretrizes estabelecidas pelo BACEN, o Banco ajusta suas demonstrações financeiras pela diferença apurada entre o valor contábil de arrendamentos a receber, imobilizado de arrendamento e o valor presente da sua carteira de arrendamento mercantil, às respectivas taxas internas de retorno de cada contrato, como superveniência ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ajustes são registrados, quando positivos, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, a débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento.

i) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto de bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade e registrado pelo custo de aquisição. Está composto por direito de uso de linha de negócios adquiridos junto a terceiros, com amortização linear e de acordo com o prazo previsto em contrato de cinco anos.

j) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros ("*impairment*")

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Outros créditos - créditos tributários" são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

k) Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos "*pro rata temporis*".

l) Contingências

O reconhecimento e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/2009, do CMN que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

m) Provisões para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre). A contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 20%. A partir de 2019 a alíquota para contribuição social volta para 15%.

O Banco registra imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, os quais serão realizados, quando da utilização ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas, e estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - diversos" e "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" e refletidos no resultado do exercício. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

n) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas. Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

o) Resultado de exercícios futuros

Referem-se às receitas já recebidas e subsídios da montadora que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros, sendo que já devem ser deduzidas dos custos e despesas correspondentes, incorridos ou a incorrer, incluindo rendimentos não restituíveis. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos "*pro rata*" dia.

p) Lucro líquido por lote de mil ações

O lucro líquido por lote de mil ações foi calculado com base no número de ações em circulação na data-base de 31 de dezembro de 2018.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Disponibilidades.....	179	247
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5).....	360.977	346.355
Total	361.156	346.602

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Título	2018		2017	
	Circulante até 3 meses	Total	Circulante até 3 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	-	-	100.549	100.549
Operações compromissadas.....	360.977	360.977	245.806	245.806
Total	360.977	360.977	346.355	346.355

Em 31 de dezembro de 2018, o Banco apurou uma receita com aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, no montante de R\$ 42.092 (R\$ 51.852 em 2017).

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) A carteira de operações de crédito está composta da seguinte forma:

	2018	2017
Circulante		
Repasse no país - BNDÉS FINAME.....	1.570.905	1.583.217
Empréstimos e financiamentos.....	2.547.663	2.249.867
Provisão para perdas em operações de crédito.....	(186.935)	(213.747)
Subtotal.....	3.931.633	3.619.337
Realizável a longo prazo		
Repasse no país - BNDÉS FINAME.....	4.185.266	3.656.443
Empréstimos e financiamentos.....	294.012	184.556
Provisão para perdas em operações de crédito.....	(113.091)	(117.538)
Subtotal.....	4.366.187	3.723.461
Total	8.297.820	7.342.798

Em 31 de dezembro de 2018, o Banco apurou receitas com operações de crédito no montante de R\$ 820.089 e receitas com operações de recebíveis com a montadora no montante de R\$ 18.809 (R\$ 814.631 em 2017 para ambas as operações).

b) A carteira de arrendamento mercantil está composta da seguinte forma:

	2018	2017
Arrendamentos a receber.....	9.558	20.593
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil.....	(9.351)	(20.241)
Bens arrendados (Nota 8.a).....	30.225	45.958
Superveniência / insuficiência de depreciação (Nota 8.a).....	3.745	10.687
Depreciação acumulada de bens arrendados (Nota 8.a).....	(19.902)	(30.717)
Perdas a amortizar de arrendamento (Nota 8.a).....	925	-
(-) Amortização acumulada em arrendamento (Nota 8.a).....	(418)	-
Perda em arrendamento a amortizar.....	-	2.833
Amortização acumulada do diferido.....	-	(2.621)
Credores por antecipação de valores residuais (Nota 7.a).....	(6.145)	(8.621)
Total	8.637	17.871

Em 31 de dezembro de 2018, o Banco apurou receitas com Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 18.771 (R\$ 21.380 em 2017) e despesas com Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 16.092 (R\$ 16.797 em 2017). O Banco registrou provisão para perdas no montante de R\$ 1.354 (R\$ 915 em 2017).

c) A composição da carteira de operações de crédito, de arrendamento mercantil, devedores por compra de valores e bens e avais e fianças honrados, por tipo de cliente e atividade econômica é como segue:

	2018	2017
SETOR PRIVADO		
Rural.....	5.015.723	4.442.331
Indústria.....	29.301	-
Comércio.....	1.790.568	1.301.357
Serviços.....	2.017.463	1.701.825
Pessoa física.....	102.500	246.933
Total da carteira	8.955.555	7.692.446
CIRCULANTE		
Operações de crédito (6.a).....	4.118.568	3.723.385
Valor presente das operações de arrendamento mercantil.....	6.578	10.258
Devedores por compra de valores e bens (7.a).....	348.851	109.699
Créditos por avais e fianças honrados.....	109	491
Subtotal.....	4.474.106	3.843.833
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Operações de crédito (6.a).....	4.479.278	3.840.897
Valor presente das operações de arrendamento mercantil.....	2.058	7.613
Devedores por compra de valores e bens (7.a).....	113	103
Subtotal.....	4.481.449	3.848.613
Total da carteira	8.955.555	7.692.446

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

d) Apresentação da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, devedores por compra de outros valores e bens e avais e fianças honradas, de acordo com os níveis de risco

Nível de risco	2018				2017			
	Em curso normal		Vencidos		Total		Total	
	Operações	Provisões	Operações	Provisões	Operações	Provisões	Operações	Provisões
AA	1.286.275	-	-	-	1.286.275	-	927.977	-
A	2.941.308	14.707	-	-	2.941.308	14.707	2.501.858	12.509
B	2.015.435	20.155	16.216	162	2.031.651	20.317	1.747.836	17.478
C	1.317.176	39.515	34.240	1.027	1.351.416	40.542	1.329.136	39.874
D	930.892	93.089	38.670	3.867	969.562	96.956	961.850	96.185
E	13.518	4.055	17.437	5.231	30.955	9.286	52.482	15.745
F	6.765	3.383	217.099	108.549	223.864	111.932	28.292	14.146
G	7.943	5.560	2.182	1.527	10.125	7.087	21.199	14.840
H	38.669	38.669	71.730	71.730	110.399	110.399	121.816	121.816
Total	8.557.981	219.133	397.574	192.093	8.955.555	411.226	7.692.446	332.593

e) Provisão para garantias prestadas

O Banco é responsável por recomprar parcelas vencidas e contratos de repasse BNDES FINAME não honrados, conforme contratos de convênios firmados junto a outras instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2018, as coobrigações e riscos com garantias prestadas pelo Banco montavam R\$ 1.578 (R\$ 9.902 em 2017). O valor total das garantias prestadas recompradas referentes a essas operações de repasse vencidas montavam R\$ 109 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 491 em 2017) e, estão registradas na conta de "Créditos por avais e fianças honradas". Em 31 de dezembro de 2018, o Banco possui provisão no montante de R\$ 134 (R\$ 908 em 2017), registrada no passivo na conta "Provisão para passivos contingentes" referente às garantias prestadas em curso normal e R\$ 110.486 (R\$ 393 em 2017), registrada no ativo na conta "Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa" referente aos Títulos e créditos a receber de R\$ 348.851 (Nota 7.a).

f) Movimentação da provisão para perdas com crédito

A movimentação da provisão para perdas com créditos, a qual inclui, além das operações de crédito, as operações de arrendamento mercantil, é como segue:

	2º semestre de 2018		Exercício de 2018		Exercício de 2017	
	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas
Saldo no início do período	691	288.941	908	332.593	2.322	403.575
Complemento reversão da provisão para perdas com créditos	(557)	(46.692)	(774)	(36.268)	(1.414)	119.086
Parcela utilizada (compensação como prejuízo)	-	168.977	-	114.901	-	(190.068)
Saldo final	134	411.226	134	411.226	908	332.593

Os créditos recuperados no exercício somaram R\$ 81.931 (R\$ 106.929 em 2017) e os créditos renegociados somaram R\$ 37.795 (R\$ 50.412 em 2017).

7. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Diversos

	2018	2017
Outros créditos - circulante		
Títulos e créditos a receber (c)	348.851	126.426
Créditos tributários (Nota 13.c)	47.903	-
Valores a receber de sociedades ligadas (a) (Nota 18)	25.084	20.242
Imposto a compensar	48.877	14.818
Participações pagas antecipadamente	1.772	1.699
Outros	12.804	16.310
Total	485.291	179.677
Outros créditos - longo prazo		
Créditos tributários (Nota 13.c)	199.646	173.635
Devedores de depósito em garantia	7.208	7.484
Títulos e créditos a receber	112	-
Outros	1.158	-
Total	208.124	181.119
Outras obrigações - circulante		
Credores por antecipação de valor residual em garantia	4.681	4.741
Parcelas recebidas e não baixadas (b)	8.844	89.366
Valores a pagar - convênios (Nota 6.f)	134	829
Provisão para pagamentos a efetuar	2.735	4.272
Despesas de pessoal	6.167	6.594
Outras despesas administrativas	7.220	5.941
Total	29.781	111.743
Outras obrigações - longo prazo		
Valores a pagar - sociedades ligadas	1.355	-
Provisão para passivos trabalhistas (Nota 20)	10.281	12.039
Provisão para passivos cíveis (Nota 20)	8.434	5.094
Provisão para passivos fiscais (Nota 20)	23.090	25.275
Credores por antecipação de valor residual de garantia	1.464	3.880
Valores a pagar - convênios (Nota 6.f)	-	79
Total	44.624	46.367

b) Fiscais e previdenciárias

	2018	2017
Fiscais e previdenciárias - circulante		
Impostos e contribuições a recolher	17.308	54.807
Total	17.308	54.807
Fiscais e previdenciárias - longo prazo		
Provisão para impostos diferidos (Nota 13.b)	6.111	4.809
Total	6.111	4.809

(a) Referente à compra pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. de créditos de titularidade de empresas não financeiras do Grupo CNH Industrial, sem coobrigação do cedente.

(b) O Banco recebeu dos clientes parcelas de pagamento de operações de crédito que foram identificadas e não baixadas, contabilmente, até o encerramento do balanço em 31 de dezembro de 2018. Tais parcelas são baixadas no mês subsequente em até cinco dias úteis.

(c) Em janeiro de 2018 houve a reclassificação entre contas COSIF, o registro das operações de crédito - recebíveis adquiridos da Fábrica conforme, Carta-Circular nº 3.769, de 20 de junho.

8. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

	2018	2017
Veículos e afins (Nota 6.b)	30.225	45.958
Superveniência de depreciação (Nota 6.b)	9.413	10.687
Insuficiência de depreciação	(5.668)	-
Depreciação acumulada (Nota 6.b)	(19.903)	(30.717)
Perdas em arrendamento a amortizar	925	2.833
Amortização acumulada do diferido	(417)	(2.621)
Total	14.575	26.140
Movimentação da superveniência de depreciação		
Saldo inicial	10.687	14.290
Insuficiência de depreciação do período	(6.602)	(2.714)
Prejuízo do período	(340)	(889)
Saldo final	3.475	10.687

No período findo em 31 de dezembro de 2018, foram registrados R\$ 6.602 de insuficiência de depreciação (R\$ 2.714 de insuficiência de depreciação em 2017) em contrapartida de receitas de operação de arrendamento mercantil. O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

b) Intangível

	2018	2017
Intangível	5.185	30.342
(-) Amortização acumulada de ativos intangíveis	(1.841)	(21.556)
Total	3.344	8.786

Movimentação da amortização

	2018	2017
Saldo inicial	30.342	29.136
Baixa no período	(25.157)	1.206
Saldo final	5.185	30.342

	2018	2017
Saldo inicial	(21.556)	(16.089)
Amortização do período	(19.715)	(5.467)
Saldo final	(1.841)	(21.556)

Em 30 de dezembro de 2013, foi firmado entre o Banco Fidis S.A. e o Banco CNH Industrial Capital S.A. com anuência da Iveco Latin America Ltda., Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações, o qual transfere o direito de uso de linha de negócios pelo Fidis ao Banco CNH Industrial Capital S.A., para prestação de serviços financeiros aos Clientes Finais, Concessionários e à Iveco. O valor da operação está sendo amortizado em cinco anos com o prazo contratual correspondendo à taxa de 20% ao ano.

A tabela abaixo contempla as provisões de garantias prestadas registradas em conta de compensação "Garantias prestadas - em curso normal", cuja provisão para perdas está registrada no passivo na rubrica de "Outras obrigações", como segue:

Nível de risco	Garantias prestadas - em curso normal - FINAME BNDES			
	2018		2017	
	Operações	Provisões	Operações	Provisões
AA	347	-	1.150	-
A	466	2	3.820	19
B	394	4	2.464	24
C	152	5	1.456	44
D	107	11	212	21
E	-	-	-	-
F	-	-	-	-
G	-	-	-	-
H	112	112	800	800
Total	1.578	134	9.902	908

9. DEPÓSITOS

Título	2018					2017	
	Circulante		Exigível a longo prazo			Total	Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos		
CDI	400.107	-	-	-	-	400.107	240.083
CDB*	90.237	144.032	105.221	304.479	-	643.969	663.905
Total	490.344	144.032	105.221	304.479	-	1.044.076	903.988

(* A taxa média verificada para as operações de depósitos a prazo no exercício foi de 99,18% do CDI (112,14% em 2017).

(* Em 31 de dezembro de 2018, o Banco apurou uma despesa com captação no mercado no montante de R\$ 82.614 (R\$ 106.774 em 2017).

10. RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS, LETRAS IMOBILIÁRIAS E HIPOTECÁRIAS, DEBÊNTURES E SIMILARES

Título	2018			2017	
	Exigível a longo prazo		Total	Total	
	Circulante	longo prazo		Circulante	longo prazo
LCA	16.445	-	16.445	-	41.986
LF	78.610	58.223	136.833	-	138.444
LCI	456.157	268.694	724.851	-	-
Total	551.212	326.917	878.129	-	180.430

A taxa média verificada para as operações de aceites cambiais no ano foi de 97,84% do CDI (107% em 2017).

11. OBRIGAÇÕES POR REPASSES - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de R\$ 1.521.004 e R\$ 4.218.090 no circulante e não circulante, respectivamente, (R\$ 1.489.014 e R\$ 3.749.431 em 2017) referem-se a repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (modalidade BNDES FINAME), com vencimentos até 2028 e com encargos à taxa prefixada entre 1,5% e 11,00% ao ano ou pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e Taxa de Longo Prazo (TLP), acrescida de juros entre 1,0% e 3,0% ao ano. Em 31 de dezembro de 2018, o Banco apurou uma despesa com empréstimo e repasse no montante de R\$ 248.330 (R\$ 181.401 em 2017).

12. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Representados por R\$ 202.111 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 183.476 em 2017), referem-se às receitas de juros recebidas antecipadamente, oriundas substancialmente da parte relacionada à CNH Industrial Capital S.A. e sua rede de concessionárias, as quais são registradas como resultados de exercícios futuros e apropriadas para o resultado, conforme os prazos dos correspondentes contratos de operação de crédito.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do resultado de IRPJ e CSLL

	Exercício	
	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	233.284	317.241
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas nominais de 25% e 20%, respectivamente	(104.978)	(142.758)
Efeito das exclusões (adições) permanentes / temporárias:	34.857	37.654
Efeito de outra adição / exclusão do semestre / exercício	2.249	317
Destinação para incentivos fiscais	436	3.080
Varição do diferido	(8.085)	(4.212)
Efeito de juros sobre o capital próprio	40.196	38.469
Ajustes de anos anteriores	61	-
Imposto de renda e contribuição social devidos	(71.121)	(105.104)

b) Composição dos créditos tributários de IRPJ e CSLL diferidos

Descrição	2018	2017
	Provisão para perdas com créditos (a)	217.312
Provisão para perdas com Cédula de Crédito Rural (CPR)	942	1.060
Provisão para contingências	4.112	5.519
Provisão para desvalorização de bens não de uso	1.182	3.076
COFINS Lei nº 9.718	8.033	77.593
Outros	15.968	(7.319)
Total do crédito tributário	247.549	300.061
Imposto de renda diferido passivo sobre superveniência de depreciação	(6.111)	(4.809)
Subtotal	(6.111)	(4.809)
Créditos tributários - líquidos	241.437	295.252

(a) O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre a provisão para créditos e liquidação duvidosa sobre os contratos de operações de crédito e de arrendamento financeiro é composto, basicamente, por parte da provisão existente de R\$ 164.544 acrescida dos créditos baixados para prejuízo que ainda não atendem aos critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei nº 9.430/96 de R\$ 52.768.

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações e o atual cenário econômico, a Administração considera que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2018, atendem aos requerimentos dados pela Resolução nº 3.059/02 e Resolução nº 3.355/06 do CMN (Conselho Monetário Nacional) e serão realizados nos seguintes prazos:

Ano	2018	2017
2018	-	126.425
2019	47.903	43.409
2020	47.903	43.409
2021	55.936	43.409
2022	47.903	43.409
2023	47.904	-
Total	247.549	300.061

O valor presente dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, considerando a taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários, é de R\$ 205.720 (R\$ 255.570 em 2017).

DIRETORIA**HEBERSON GOES**
Presidente**ELIAS MENDES**
Diretor**JUCIVALDO FEITOSA**
Diretor**MARCIO CONTRERAS**
Diretor**JOCELI LUCAS**
Diretor**REGIANNE VASSAO**
Diretora**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****ODDONE INCISA**
Presidente**VILMAR FISTAROL**
Conselheiro**CARLO ALBERTO SISTO**
Conselheiro**HEBERSON GOES**
Conselheiro**BIANCA BELOTTI**
Conselheira**CHEFE DE CONTABILIDADE****ANDERSON LODOVICO**
CRC PR 045.454/O-6 - CPF 004.082.939-18**COMITÊ DE AUDITORIA****ELIAS MENDES**
Presidente**HEBERSON GOES**
Membro**JUCIVALDO FEITOSA**
Membro**CRISTINA SCATOLIN QUIRINO**
CRC PR 055.349/O-4 - CPF 006.780.869-74**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA****Introdução**

O Comitê de Auditoria do Banco CNH Industrial Capital S.A., composto pelos membros nomeados pelo Conselho de Administração, é o órgão estatutário responsável por (i) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho das empresas de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Para o cumprimento de suas atribuições e avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas das principais áreas do banco, da auditoria interna e auditoria independente.

Desde março/2018, em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, com a instituição do Comitê de Riscos, este passou a avaliar e supervisionar a aderência às políticas e estratégias de gestão de riscos, assim como propor alterações quando necessárias.

A área contábil do Banco CNH Industrial é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A auditoria interna é responsável por identificar e avaliar os principais riscos a que está exposto o Banco CNH Industrial Capital S.A. em suas operações, bem como analisar os controles utilizados na mitigação desses riscos. É de sua competência, também, verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem as operações auditadas.

A área de Controles Internos atua visando garantir o adequado ambiente de Controles Internos na organização e as de *Compliance* e BNDES e Produtos acompanham a publicação de normas para avaliar possíveis desdobramentos para a Instituição.

A Ouvidoria atua de forma a assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e como canal de comunicação entre a Instituição e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

A Ernst & Young Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A., e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Principais Atividades

Neste semestre foram realizadas reuniões obedecendo a um cronograma previamente estabelecido com a participação de representantes das áreas financeira / contábil, controles internos e *compliance*, auditorias interna e independente. Os assuntos tratados nas reuniões foram registrados em atas, e fazem parte deste relatório em sua versão completa.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados aos sistemas de controles internos, aspectos contábeis, provisões, contingências, além de recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes de auditorias interna e independente, oportunidades em que verificou o cumprimento dos seus planejamentos, conheceu o resultado dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

O Comitê de Auditoria revisou os Relatórios da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e discutiu com a Auditoria Independente os resultados de seus trabalhos.

Conclusão

Assim, com base nas informações recebidas e tendo presentes as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

Os sistemas de controles internos são adequados ao porte e à complexidade dos negócios do Banco CNH Industrial Capital S.A. e objeto de permanente atenção por parte da Administração;

A Auditoria Interna é efetiva, independente e responde adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria;

A Auditoria Independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;

As demonstrações contábeis de 31/12/2018 do Banco CNH Industrial Capital S.A. foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data. Por estas razões o comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras.

Curitiba, 08 de fevereiro de 2019.

Comitê de Auditoria**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas do Banco CNH Industrial Capital S.A. - Curitiba - Paraná

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

O Banco registra as suas operações de arrendamento mercantil e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente (nota explicativa nº 8). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, mas resultam na adequada apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação nas demonstrações financeiras está sendo apresentada de forma voluntária pelo Banco, uma vez que não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2018.